



## **População em situação de rua de Novo Hamburgo/RS: caracterização, demandas e possibilidades de intervenção**

*Homeless population in Novo Hamburgo/RS: characteristics, demands, and possibilities of intervention*

**Carmem Regina Giongo<sup>1</sup>**

**Eduardo Souza Passini<sup>2</sup>**

**Suane Silva Pinheiro<sup>3</sup>**

**Raquel Meyer Fagundes Backes<sup>4</sup>**

**Scarleth Nardes<sup>5</sup>**

**Marina Fritz<sup>6</sup>**

### **RESUMO:**

Este estudo busca apresentar as características principais da população em situação de rua de Novo Hamburgo/RS, analisando as condições de trabalho, educação e o acesso às políticas públicas de assistência e proteção social. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de metodologia mista. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário construído para a pesquisa. Os dados foram analisados de maneira descritiva e através de análise temática. Participaram da pesquisa 170 pessoas, com idade média de 39 anos, sendo 86,5% homens e 13,5% mulheres. Os resultados apontaram que 70,6% dos entrevistados passaram a viver na rua por problemas familiares, 98,2% não possuíam vínculo empregatício e 60,6% não finalizaram o ensino fundamental. Concluiu-se que a situação de rua está relacionada às violações de direitos anteriores à ida para as ruas, demandando de políticas públicas intersetoriais.

---

<sup>1</sup> Doutora e pós doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da graduação e pós-graduação em Psicologia na Universidade Feevale. E-mail: ca.aiesec@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Feevale e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica do grupo de pesquisa em Psicologia, Subjetividade Contemporânea e Saúde Mental da Universidade Feevale e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho - NEST/UFRGS. E-mail: dudupassini@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada e mestranda em Psicologia pela Universidade Feevale. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico do Grupo de Pesquisa em Psicologia, Subjetividade Contemporânea e Saúde Mental, da Universidade Feevale. E-mail: suane.sp@gmail.com

<sup>4</sup> Psicóloga, graduada pela Universidade Feevale. E-mail: raqbackes@gmail.com

<sup>5</sup> Graduada em Psicologia e especialista em Psicanálise e Prática Clínica pela Universidade Feevale. Mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: scarlethnardes@gmail.com

<sup>6</sup> Mestre em Psicologia, com ênfase no Desenvolvimento Humano e Saúde Mental, e graduada em Enfermagem pela Universidade Feevale. Mestranda em Administração, com bolsa CAPES. E-mail: marinafritznh@hotmail.com



**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; proteção social; pessoas em situação de rua; Direitos Humanos; vulnerabilidade.

**ABSTRACT:**

*This study aims to outline the main characteristics of the homeless population in Novo Hamburgo/RS, analyzing working conditions, educational background and access to public assistance and social protection policies. This exploratory-descriptive research has a mixed methodology. As research instrument, a questionnaire developed for the study was used. Data were analyzed descriptively and through thematic analysis. A total of 170 people with an average age of 39 years participated in the survey, 86.5% of them were men and 13.5% were women. Results indicated that 70.6% of the participants started to live on the street due to family problems, 98.2% did not have a contract of employment, and 60.6% did not finish elementary school. In conclusion, homelessness has been related to violations of rights which had taken place before these people became homeless, thus demanding cross-sector public policies.*

**KEYWORDS:** Public policy; social protection; homeless people; Human Rights; vulnerability.

## Introdução

No Brasil 62,5 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza com renda mensal de até 468 reais, sendo que, deste total, 17,9 milhões pertencem ao grupo da extrema pobreza que contam com menos de 168 reais mensais, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Segundo o IBGE (2019), fatores como a alta do desemprego e a redução dos investimentos em programas sociais contribuíram para o crescimento da população que vive na extrema pobreza desde 2014. Além disso, a pandemia por Covid-19 associada à fragilização das políticas de proteção social aprofundaram a situação de vulnerabilidade e precarização social no país (Carvalho *et al.*, 2021).

Nesse contexto, especialmente nos grandes centros urbanos, a situação de rua se faz presente e descortina as últimas consequências do processo de exclusão e vulnerabilidade social. Do ponto de vista conceitual, conforme a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053, artigo 1, parágrafo único, esse público pode ser definido como um grupo heterogêneo, caracterizado pela extrema pobreza, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que utiliza espaços



públicos não convencionais para moradia e sustento, seja de maneira temporária ou permanente (Brasil, 2009).

O debate acerca da população em situação de rua (PSR) no Brasil tem sido marcado pelas recorrentes violações dos direitos humanos desses coletivos, pelo aumento do número de pessoas vivendo na rua e pelas polêmicas práticas higienistas executadas pelo Estado (Campos; Souza, 2013; Mattos; Ferreira, 2004). As pesquisas nesse campo, além de contarem com a subnotificação, ainda são incipientes e comumente desenvolvidas em grandes centros urbanos (Sicari; Zanella, 2018).

Apesar de a Política Nacional para a População em Situação de Rua recomendar a contagem das pessoas em situação de rua (Brasil, 2009), tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 seguiram o método tradicional e incluíram apenas a população oficialmente domiciliada no estudo, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022). Este processo faz com que as pessoas que vivem na rua não sejam contabilizadas, contribuindo para o agravamento da invisibilidade e das condições precárias de vida e de trabalho. Considerando tais aspectos, recentemente foi apresentado no Senado Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 4.498, que determina a inclusão das pessoas em situação de rua no censo realizado pelo IBGE (Brasil, 2020). Conforme texto do projeto, a falta de dados oficiais sobre tal população prejudica a elaboração de políticas públicas para enfrentar a situação.

Em 2022 o IPEA divulgou uma estimativa nacional quanto ao número de pessoas em situação de rua no Brasil, totalizando 281.472 indivíduos. O número é 38% maior que o total estimado em 2019 e 211% superior ao ano de 2012, sendo que a região sudeste apresenta quase 50% das pessoas em situação de rua do Brasil (151.030 pessoas), seguida da região nordeste (53.525 pessoas) e sul (39.178 pessoas). O levantamento ainda é preliminar e foi realizado a partir de informações registradas no Cadastro Único e enviadas por 1.924 municípios (IPEA, 2022). Um estudo similar realizado no estado de São Paulo contabilizou 75,8 mil famílias em situação de rua em 2019, sendo que, em 2022 este número passou para 85,9 mil (Bernardo *et al.*, 2022). Em Porto Alegre, o último estudo oficial foi realizado em 2016 e apontou para a existência de 2.115 pessoas em situação de rua (Porto Alegre, 2016).



A literatura aponta que a maioria das pessoas em situação de rua são homens (Bernardo *et al.*, 2022; IPEA, 2022; Porto Alegre, 2016), que deixaram suas casas em função do uso abusivo de álcool e outras drogas, de conflitos familiares, de rompimento de vínculos, perda de emprego ou ainda pela liberdade sentida nas ruas (Costa; Mesquita; Campos, 2015; Esquinca, 2013; Saldanha, 2014). As mulheres são minoria e geralmente passaram a viver na rua em decorrência de violência doméstica, dificuldades financeiras e rompimento de vínculos sociais (Rosa; Brêtas, 2015). Nesse contexto, a vida nas ruas comumente é marcada por situações de violência, discriminação, dificuldades de acesso às políticas públicas, vulnerabilidade, desemprego, entre outros fatores que dificultam a inserção social (Sicari; Zanella, 2018).

A partir desses dados, destaca-se a importância do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), que através de diversas políticas públicas oferecem acolhimento e atendimento à PSR. Outrossim, ressaltam-se o papel do Movimento Nacional da População de Rua como estratégia política de mobilização e reconhecimento das demandas e das vivências dessa população no Brasil e as iniciativas lançadas pela sociedade civil. No que se refere aos principais serviços oferecidos, podem ser citados: albergues, abrigos, restaurantes populares, dispositivos de proteção e alimentação oferecidos pela sociedade civil e por organizações não-governamentais, além de serviços como o Centro de Referência Especializado no Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP), o Consultório na Rua, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Enfatiza-se que os serviços são disponibilizados conforme número de habitantes e que, nem sempre, comportam as demandas locais e regionais existentes. Assim, apesar dos avanços obtidos no campo das políticas públicas, a literatura nacional aponta certa lentidão na aplicação dos dispositivos legais pelos municípios (Barata *et al.*, 2015; Gibbs, 2016). Ademais, muitas estratégias interventivas ainda são implantadas a partir de uma perspectiva assistencialista ou higienista, quando na verdade deveriam se aproximar da realidade dessa população, intervindo do ponto de vista da garantia de direitos e da promoção da cidadania (Serafino; Luz, 2015).



Diante dessa multiplicidade de demandas foi criado, em 2017, o projeto de extensão intitulado “Da rua para noia” através de uma parceria entre o Centro POP de Novo Hamburgo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, na região sul do Brasil, e a Universidade [informação omitida]. O município possui 247.032 habitantes e pertence à região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado (IBGE, 2020). Cabe destacar que o Centro POP é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua que deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O local realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social dos indivíduos em questão (Brasil, 2015).

O projeto busca promover a saúde, os direitos humanos e a cidadania dessas pessoas, contribuindo para a visibilidade social e para a garantia de direitos dessa população. Foi no contexto das práticas de extensão que se percebeu a necessidade de realizar um estudo com a população adulta em situação de rua do município, atuando na aproximação das demandas desse público e na construção de políticas públicas locais. Com isso foi criado, em 2019, o projeto de pesquisa intitulado “População adulta em situação de rua de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: vivências, demandas e possibilidades de intervenção”.

Diante disso, este artigo possui o objetivo de apresentar as características principais da população em situação de rua de Novo Hamburgo, analisando as condições de trabalho, educação e o acesso às políticas públicas de assistência e proteção social. Busca-se, conseqüentemente, atribuir visibilidade às demandas dessa população no município, levantando possibilidades de transformação do cenário atual através da construção coletiva de políticas públicas. Parte-se do pressuposto de que a temática tratada por este estudo demanda ações integrativas, interdisciplinares e construídas na relação horizontal entre a Universidade, as pessoas em situação de rua, as iniciativas da sociedade civil e os serviços que compõem as políticas públicas municipais, estaduais e federais. Como fundamentos legais, éticos e políticos deste estudo podem ser citadas a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948), a



Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988/2016), a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (Brasil, 2009), e o Programa “Crack, é possível vencer” (Brasil, 2013a, 2013b).

## **Metodologia**

Esta seção aborda aspectos gerais do processo da pesquisa realizada, como delineamento do estudo, instrumentos utilizados, participantes, detalhamento da coleta de dados, considerações éticas e etapas da análise de dados.

### **Delineamento**

Desenvolver estudos no campo da injustiça social significa ir além da descrição e do reconhecimento do contexto investigado, demandando o estabelecimento de ações concretas que gerem debates e mobilização política e social. É preciso, portanto, disposição política e envolvimento dos sujeitos da pesquisa em todo o processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, combinam-se as vivências e as práticas locais com os conhecimentos e os procedimentos acadêmicos; agrega-se à pesquisa a cultura das populações participantes; geram-se modos coletivos de construção de agendas investigativas; e delimitam-se situações-problema que preocupam as comunidades e, que, geralmente estão ausentes das prioridades políticas e de grupos de pesquisa.

O projeto de pesquisa que deu origem a este estudo foi desenvolvido a partir de um delineamento exploratório-descritivo de metodologia mista. A essa perspectiva, adiciona-se a ideia de que uma investigação deve considerar todas as etapas da pesquisa e os conteúdos apurados como fenômenos sociais, historicamente construídos e condicionados, em que o tema trabalhado, os participantes, o pesquisador, as relações e as técnicas utilizadas encontram-se também implicados nesse artifício (Minayo, 2008). Assim, os limites entre o pesquisador e os participantes da pesquisa atenuam-se, formando um amplo coletivo de investigação, entrelaçando histórias, tempos e implicações frente ao problema de pesquisa.



## Instrumentos

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com o objetivo de identificar as características dos participantes e de levantar informações sociodemográficas através de uma abordagem que facilitasse com a vinculação do entrevistado, pautando-se em uma aproximação humanizada e acolhedora. O instrumento foi construído com base em um inventário utilizado pelo Centro POP de Novo Hamburgo no processo de acolhimento dos usuários. O questionário adaptado para a pesquisa foi composto por 45 questões, sendo 14 abertas e 31 fechadas. O instrumento foi organizado em seis diferentes eixos temáticos: identificação dos participantes; histórico como pessoa em situação de rua; educação; trabalho e renda; assistência social; e saúde.

## Participantes

Os participantes desta pesquisa foram homens e mulheres com mais de 18 anos que viviam em situação de rua na cidade de Novo Hamburgo e que aceitaram participar do estudo no período de 01 de abril de 2019 a 12 de dezembro de 2019. Participaram da pesquisa 170 pessoas em situação de rua que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que aceitaram preencher o questionário da pesquisa fornecido.

Para a seleção dos participantes foram acessados os serviços da rede de apoio municipal, organizações não governamentais (ONGs) e Comunidades Terapêuticas que atendem essa população. Além disso, foram realizadas abordagens de rua e levantamento de indicações de possíveis entrevistados através do método *snowball* ou “bola de neve”, técnica definida como um processo no qual os primeiros participantes identificados indicam outros que, por sua vez, indicam outros e assim sucessivamente (Biernacki; Waldorf, 1981).

## Coleta de dados

No que se refere ao processo de coleta de dados, primeiramente o projeto foi aprovado pela universidade e pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo



Hamburgo. Posteriormente foi organizada a equipe de trabalho que envolveu alunos e professores da universidade, trabalhadores do Centro POP e do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), totalizando 16 pessoas. Cabe destacar que o projeto recebeu subsídio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), da Universidade [informação omitida] e da Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo.

A elaboração do plano de coleta de dados e dos instrumentos de pesquisa foi realizada em conjunto com os diversos atores envolvidos no estudo, incluindo as pessoas em situação de rua e as equipes dos diferentes serviços que realizam atendimento a esse público em Novo Hamburgo.

Essa etapa inicial de construção do instrumento e validação do plano de trabalho pode ser dividida em sete fases principais:

- a) levantamento de estudos similares com a intenção de avaliar as possibilidades de construção e estruturação do questionário;
- b) a partir dos estudos já realizados e de um instrumento já utilizado pelo Centro POP, foi realizada a construção de um questionário piloto para a pesquisa, incluindo, no grupo de trabalho acadêmicos, professores da universidade, trabalhadores do Centro POP e do SEAS de Novo Hamburgo;
- c) validação coletiva do questionário onde buscou-se também validar o questionário e o cronograma de coleta de dados com as entidades que atendem a população em situação de rua e com a própria população em situação de rua;
- d) capacitação da equipe de entrevistadores para a aplicação do instrumento;
- e) aplicação do estudo piloto no decorrer de 30 dias;
- f) fechamento do questionário a partir do estudo piloto e dos registros das alterações necessárias;
- g) lançado na plataforma virtual *Google Forms* para o início oficial da pesquisa.

A equipe optou pela realização do levantamento em diferentes estações do ano, em variados espaços públicos e instituições visando ampliar o acesso às pessoas em



situação de rua do município. Os locais parceiros com o maior número de entrevistados foram o Centro POP (102), as abordagens de rua mediadas pelas ONGs (34) e o Albergue Municipal (16). Além disso, assim como em um estudo realizado em Porto Alegre, as entrevistas ocorreram em serviços voltados à população adulta em situação de rua, justificando a inexistência de crianças e adolescentes na pesquisa (Centro de Assessoria Multiprofissional, 2017).

Após a coleta de dados presenciais, o entrevistador responsável realizava o lançamento dos dados na plataforma *Google Forms*. Para evitar a recontagem dos entrevistados, a equipe de pesquisa manteve uma lista atualizada em tempo real com o nome ou apelido dos entrevistados em um grupo de trabalho criado no aplicativo WhatsApp. Além disso, durante os meses da coleta de dados foram realizadas reuniões de equipe quinzenais, com o objetivo de alinhar o cronograma, auxiliar no esclarecimento de dúvidas, capacitar os entrevistadores e possibilitar trocas de experiências.

#### Considerações éticas

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade [informação omitida] (parecer número [informação omitida]). Os participantes receberam explicações sobre todos os procedimentos de coleta de dados, incluindo aspectos relacionados ao sigilo da identidade, à possibilidade de desistência a qualquer momento sem causar qualquer prejuízo, à possibilidade de contatar os pesquisadores e à ausência de risco ou danos a quem participasse. Todos os entrevistados assinaram o TCLE. Além disso, a equipe de pesquisa esteve disponível durante toda a investigação, caso fosse necessário algum acompanhamento individual ou encaminhamento para atendimento psicológico.

Após a finalização do estudo todos os participantes receberam uma cartilha informativa com os resultados obtidos. O material também ficou acessível para *download* no site da universidade, foi divulgado em eventos abertos organizados pelo grupo de pesquisa e disponibilizado de maneira impressa para todas as instituições



parceiras da pesquisa. Desde a finalização do trabalho diversas ações foram realizadas, como por exemplo, capacitação de agentes públicos sobre o tema da pesquisa, formação de guardas municipais sobre abordagem de pessoas em situação de rua, oficinas em escolas públicas e universidades, entre outras.

### Análise dos dados

Os dados quantitativos do questionário foram submetidos a uma análise estatística descritiva, através de medidas descritivas, tabelas de frequência simples e cruzamentos entre variáveis (Gil, 2010). Já os dados qualitativos foram analisados conforme orientações de Minayo (2012), que fundamenta a técnica da análise temática. Para a autora, um tema é a unidade de significação que deve ser construído com base dos critérios teóricos utilizados na pesquisa. Os diferentes conjuntos temáticos que emergem dos materiais textuais são extraídos através de três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Esse processo resultou na delimitação de três temáticas principais que serão apresentadas e discutidas a seguir.

### **Análise e discussão dos resultados**

Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados através de três eixos temáticos: Caracterização dos entrevistados, Condições de trabalho e educação e, por fim, Acesso às políticas públicas de assistência e proteção social.

#### Caracterização dos entrevistados

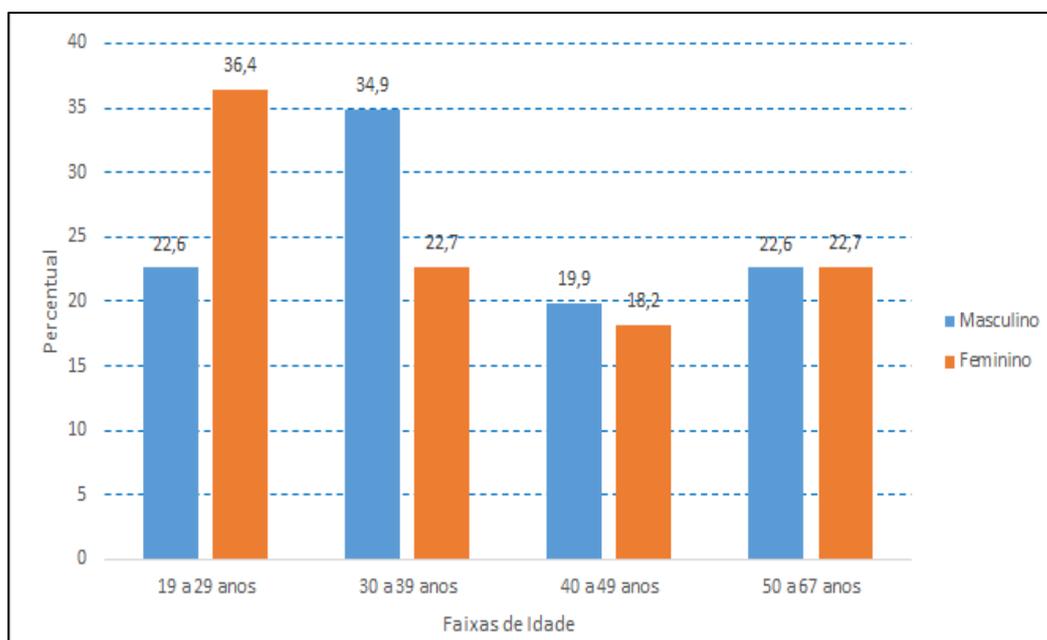
A idade média dos participantes foi de 39 anos, sendo que 33,3% possuíam entre 30 e 49 anos, seguido de 24,4% que possuíam entre 19 e 29 anos, 22,6% com idades entre 50 e 67 anos e 19,6% com idade entre 40 e 49 anos. No gráfico 1 é possível observar a distribuição das faixas de idade por sexo. Cabe destacar que as idades da



amostra variaram entre 19 e 67 anos. Quanto ao sexo, 86,5% dos participantes eram homens e 13,5% eram mulheres, dados que corroboram estudos anteriores realizados no Brasil (Centro de Assessoria Multiprofissional, 2017; Costa; Mesquita; Campos, 2015; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015; IPEA, 2022).

No que se refere à cor ou raça, 50% dos participantes se autodeclararam brancos, 45,3% se autodeclararam negros, 2,4% se reconheceram como indígena, amarelo ou mulato e 1,8% não soube responder. Embora essa seja uma distribuição étnica correspondente com a realidade da população brasileira, ela não condiz com a composição étnica do estado do Rio Grande do Sul, em que apenas 17,3% da população se reconhece como negra (pretos e pardos) (IBGE, 2008).

**Gráfico 1** – Faixas de idade por sexo



Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Dentre os participantes, 83,4% não possuíam companheiro ou companheira e 57,4% possuíam filhos. Analisando-se apenas aqueles que possuíam filhos, a média observada foi de 2,4 filhos por pessoa. Interessante destacar que o número de mulheres com companheiros ou companheiras (47,8%) foi maior do que o número de homens



com companheiros ou companheiras (11,6%). Este dado pode estar relacionado com a necessidade de vinculação e proteção por parte das mulheres, já que o ambiente das ruas é predominantemente masculino, reproduz uma cultura patriarcal e apresenta importantes riscos de violência de gênero (Rosa; Brêtas, 2015).

No que diz respeito à naturalidade dos entrevistados, os dados indicaram predominância (87,6%) daqueles que nasceram no estado do Rio Grande do Sul, todavia, apenas 27,2% eram naturais do município de Novo Hamburgo, dados que contrastam com os achados de um estudo realizado em Porto Alegre em que 44,7% eram naturais da cidade do estudo (Centro de Assessoria Multiprofissional, 2017). Referentemente aos que nasceram em outros estados do país (10,6%), a maioria compõe aqueles oriundos dos estados de Santa Catarina (3%) e Paraná (3%). Além disso, em relação à nacionalidade dos participantes, 1,2% relataram ter nascido no Uruguai e 0,6% relatou ter nascido no Senegal.

Quanto ao tempo de estadia em Novo Hamburgo, os dados mostraram um perfil heterogêneo: obteve-se uma média de 12,3 anos, sendo que 31,6% estavam a mais de 10 anos no município, 31% disseram estar no local a menos de 1 mês, 20% indicaram o período entre 2 e 10 anos e, por fim, 17,4% estavam vivendo no município por um período de 2 meses a 1 ano. Dentre os participantes, 30% se autodeclararam “trecheiros”, caracterizados como pessoas que estão em constante movimento nos espaços urbanos. Ressalta-se que a constante movimentação das pessoas que vivem na rua é uma forma de sobrevivência geralmente atrelada à busca por alimentação, espaços seguros para repouso, atividades ocupacionais e acesso aos serviços públicos (Kunz; Heckert; Carvalho, 2014).

Quando questionados sobre os principais motivos que levaram à situação de rua, foram destacados os problemas familiares (70,6%), o uso de álcool e outras drogas (45,3%) e o desemprego (19,4%). Uma pesquisa realizada em Porto Alegre apontou questões relacionadas ao alcoolismo e ao uso de drogas e variáveis relacionadas à instabilidade e à ruptura familiar como principais motivos para a vida nas ruas (Pimenta, 2019). Gehlen e Schuch (2016) contribuem afirmando que essa condição de vida está relacionada aos múltiplos e complexos fatores que perpassam rupturas na vida familiar,



social, afetiva, nas relações de trabalho e nos processos relacionados à dependência química.

A maioria dos entrevistados (60,6%) já deixou de estar em situação de rua e retornou, enquanto 39,4% sinalizaram estar em situação de rua pela primeira vez. Em relação ao tempo vivendo na rua, 21,3% dos entrevistados indicaram permanência de mais de 10 anos, 20,7% referiram estar em situação de rua há no máximo 6 meses, 20,1% mencionaram a permanência na rua entre 2 e 5 anos, 19,6% vivem na rua entre 6 meses e 2 anos e 18,3% estão nessa condição por um período entre 5 e 10 anos.

O alto percentual de entrevistados que deixou de viver na rua e voltou para essa condição associado ao elevado tempo de permanência na rua também merece atenção e sugere a necessidade de projetos de proteção social que ofereçam suporte a longo prazo diante da situação de vulnerabilidade. Dentre as iniciativas necessárias para a construção de projetos de vida que ultrapassem a situação de rua podem ser destacadas o fortalecimento da rede de apoio (Souza; Araújo, 2007), os serviços de república e as políticas de moradia associadas ao suporte financeiro, profissional e escolar (Fernandes, 2013) e a inserção em movimentos sociais ou cooperativas que ofereçam condições dignas e seguras de trabalho (Costa; Richetti, 2011).

#### Condições de trabalho e educação

No que se refere à renda e ao trabalho, a maioria dos participantes (98,2%) não possuía vínculo de trabalho formal e apenas 1,8% possuíam. Dentre os entrevistados, 33,5% não estavam vinculados às atividades ocupacionais formais ou informais, conforme apontado na tabela 1, a seguir. Esse dado se aproxima dos achados de um estudo realizado em Porto Alegre, no qual 34,5% dos entrevistados não possuíam ocupação ou atividade econômica (Centro de Assessoria Multiprofissional, 2017).

**Tabela 1** – Ocupação dos entrevistados

Principal ocupação/atividade	n	% válido
Não possui	57	33,5%
Catador/reciclador	21	12,4%
Vendedor ambulante	18	10,6%
Construção civil	16	9,4%
Guardador de carro	13	7,6%



---

Pedir doação da sociedade civil	13	7,6%
Faxina/limpeza	6	3,5%
Artesão	5	2,9%
Carga e descarga	4	2,4%
Jardinagem	3	1,8%
Mecânico	3	1,8%
Garçom	2	1,2%
Panfletagem	2	1,2%
Recebe ajuda familiar	2	1,2%
Artista	1	0,6%
Cabeleireiro	1	0,6%
Estudante	1	0,6%
Lavagem de carro	1	0,6%
Tráfico	1	0,6%
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>100,0</b>

---

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho e as atividades ocupacionais precarizadas contribuem diretamente para a cronificação da situação de rua, acarretando danos à saúde, dificuldades para a construção de projetos de vida, instabilidade financeira, insegurança alimentar, entre outros aspectos. Alles (2010) e Oliveira (2015) mostraram em suas pesquisas que as oportunidades de trabalho formal, mesmo para aqueles que possuem qualificação, são precárias em função do preconceito e da ausência de endereço fixo. Além disso, Lacerda (2012) e Sambu (2014) apontaram que as pessoas em situação de rua se sentem rejeitadas e com baixa estima devido às práticas de discriminação e estigmas que vivenciam, aspectos que também podem refletir na busca por oportunidades de trabalho.

Cabe destacar que, em muitos casos, as condições de trabalho precário e informal estavam relacionadas à baixa escolaridade dos entrevistados. Sobre o contexto educacional, 60,6% dos participantes não concluíram o ensino fundamental, sendo que apenas 14,7% deles concluíram o ensino médio. A taxa de analfabetismo na população em questão foi de 3,5%, conforme tabela 2. No que tange à inclusão digital, apenas 38,8% dos entrevistados mencionaram possuir acesso à internet. Em contrapartida, 61,2% referiram não ter acesso a esse recurso.



**Tabela 2 – Escolaridade dos participantes**

<b>Escolaridade</b>	<b>n</b>	<b>% válido</b>
Analfabeto	6	3,5%
Ensino Fundamental incompleto	103	60,6%
Ensino Fundamental completo	18	10,6%
Ensino Médio incompleto	14	8,2%
Ensino Médio completo	25	14,7%
Ensino Superior incompleto	3	1,8%
Ensino Superior completo	1	0,6%
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Apesar dos baixos níveis de escolaridade, salienta-se que 60,6% dos entrevistados relataram que gostariam de aprender algo novo e 20,6% gostariam de aprimorar algo que já sabem. Nesse contexto, 22,9% sugeriram retomar os estudos curriculares, concluindo o ensino fundamental e/ou médio, dados que contrariam diversas representações sociais advindas do senso comum que tendem a conceber as pessoas em situação de rua ora como sujeitos passivos, impotentes e abandonados, merecedores de caridade; ora como “vagabundos”, “desviantes”, inaptos ao trabalho e perigosos (Alles, 2010; Lemões, 2013; Mattos; Ferreira, 2004). Tais perspectivas, bastante perigosas do ponto de vista ético e político, retiram da pessoa que vive na rua o *status* de cidadão, de sujeito desejante e de direito, fragilizando a autonomia e a capacidade de decidir sobre o próprio projeto de vida.

Enfatiza-se, a partir dos dados apresentados, a urgente necessidade de incluir a PSR nos processos decisórios que envolvem a elaboração de projetos e intervenções no contexto da situação de rua, sejam eles oriundos de iniciativas da sociedade civil ou do Estado. Evidencia-se também a escassez de oportunidades relacionadas ao ensino para essa população e sinaliza-se a importância da construção de políticas públicas voltadas à inclusão educacional, observando-se o processo de exclusão escolar desses sujeitos ao longo da vida.

Acesso às políticas públicas de assistência e proteção social



A partir dos dados relacionados à assistência social, conclui-se que os locais mais frequentados pelos indivíduos entrevistados são o Centro POP (91,1%), o Albergue Municipal (67,5%) e as ONGs (66,3%). No que tange aos motivos que levam os entrevistados a escolherem esses espaços, destacam-se: o vínculo com os profissionais, a alimentação oferecida e a possibilidade de realização da higiene pessoal. Diante disso, ressalta-se a importância da formação continuada das equipes que atendem as pessoas em situação de rua, do processo de acolhimento e dos laços afetivos construídos ao longo do tempo, fatores que se mostraram associados à vinculação dos usuários aos serviços frequentados e também à adesão aos projetos e ações realizadas. Estudos anteriores também atribuíram destaque ao reconhecimento do Centro POP pelas pessoas em situação de rua como um espaço seguro de vinculação e de suporte (Argiles, 2012; Reis, 2014).

Dentre as dificuldades encontradas pelos participantes no ambiente da rua, o preconceito (38,8%) e a violência (35,9%) surgiram como principais, seguidas da fome (31,8%) e do desemprego (31,2%). Esses dados são essenciais e evidenciam a necessidade de atribuir visibilidade ao processo discriminatório e excludente vivenciado pelas pessoas em situação de rua. As situações de preconceito e violência relatadas pelos participantes muitas vezes foram praticadas pela população em geral e pelos agentes públicos, corroborando estudos anteriores que revelam inúmeras vivências de discriminação das pessoas que vivem na rua, além de trajetórias de vida marcadas por situações de violência (Alles, 2010; Lemões, 2013; Mattos; Ferreira, 2004; Nardes; Giongo, 2021; Pimenta, 2019).

Referentemente à posse de documentação básica, constatou-se que 83,7% dos participantes possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF), 79,7% tinham Carteira de Identidade e 78,4% tinham Certidão de Nascimento/Casamento/Divórcio. Dentre os entrevistados, 1,3% não possuía nenhum tipo de documento de identificação. No que se refere ao Cadastro Único do Governo Federal, 59,2% dos entrevistados possuíam registro, a maioria por ser beneficiário do programa Bolsa Família (47,9%). Além disso, 7,2% dos participantes eram beneficiários de outros programas sociais, como, por exemplo, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Considerando os dados



apresentados e a metodologia utilizada pelos últimos estudos nacionais que realizaram o levantamento do número de pessoas em situação de rua no Brasil, sugere-se uma subnotificação de pelo menos 30%, já que mais de um terço dos participantes deste estudo não possuíam registro no Cadastro Único. Este panorama reforça novamente a necessidade de inclusão das pessoas em situação de rua nos censos demográficos, além da importância de os municípios e estados lançarem mão de estratégias investigativas locais e regionais que possam suprir estas lacunas.

Ainda sobre os serviços públicos acessados, foi perguntado aos entrevistados o que seria necessário para melhorar o atendimento à PSR no município. A maior parte dos entrevistados (48,8%) citou a necessidade de políticas de produção de renda/trabalho, como pode-se observar na tabela 3.

**Tabela 3 – Melhorias necessárias para atendimento da PSR**

O que seria necessário para melhor atender a PSR?	Respostas	
	n	% de casos
Políticas de produção de renda/trabalho	83	48,8%
Novos serviços/projetos públicos	56	32,9%
Políticas para habitação/moradia	51	30,0%
Atendimento mais qualificado/humanizado	32	18,8%
Nada, está bom assim	17	10,0%
Políticas sobre uso de drogas	14	8,2%
Conscientização da sociedade	13	7,6%
Alimentação	6	3,5%
Atividades recreativas	4	2,4%
Políticas de reinserção social	4	2,4%
Políticas educacionais	4	2,4%
Segurança pública	2	1,2%
Atendimento psicológico	2	1,2%
Abordagens sociais	1	0,6%
Acesso ao transporte público	1	0,6%
Limpeza das ruas	1	0,6%
Políticas de saúde	1	0,6%
Total de respondentes	170	
<b>Total de respostas</b>	<b>292</b>	

Fonte: elaborado pelos autores (2019).



Esse dado corrobora a discussão de Farias (2007), que evidencia a importância de políticas públicas que possam fomentar a inserção em atividades produtivas a fim de promover geração de renda e uma vida digna. A necessidade de novos serviços/projetos públicos foi citada por 32,9% das pessoas, seguido de políticas para habitação e moradia (30%) e do atendimento mais qualificado/humanizado (18,8%).

Os dados apresentados nesta categoria reforçam a perspectiva de Carmo e Guizardi (2018), ao afirmarem que a vulnerabilidade pode ser entendida como fruto de múltiplos fatores atrelados à falta de inclusão e oportunidades sociais, econômicas, culturais, políticas e de trabalho. Assim, a sobreposição dessas dimensões faz com que o indivíduo se torne mais suscetível aos riscos e imprevisibilidades na vida. Portanto, conhecer os contextos de vulnerabilidade e suas dimensões é essencial para a construção e implantação de serviços e políticas públicas que efetivamente respondam às demandas dos indivíduos que vivem nessa condição.

Finalmente, o enfrentamento à situação de rua não pode ser visto a partir de uma perspectiva individual, afinal, trata-se de uma condição construída socialmente, gerada pelas políticas neoliberais que intensificam a exclusão e a desigualdade social, apresentando-se de maneira ainda mais perversa para grupos minoritários. As estratégias de intervenção devem contar com iniciativas integradas entre as diferentes políticas públicas, coletivos formados pela sociedade civil e movimentos sociais, lançando mão de ações de moradia, educação, trabalho e fortalecimento de vínculos. Ademais, é imprescindível planejar o espaço público de modo a atender às demandas daqueles que estão em situação de rua, incluindo ambientes seguros de atendimento, higiene, alimentação, acesso à documentação, transporte e segurança pública.

### **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo apresentar as características principais da população em situação de rua de Novo Hamburgo, analisando as condições de trabalho, educação e o acesso às políticas públicas de assistência e proteção social. Percebeu-se que a maioria dos entrevistados já deixou de estar em situação de rua e retornou, contabilizando-se 60,6%. Os principais motivos que os levaram a estar em situação de



rua mostraram-se heterogêneos e relacionados, principalmente, aos problemas familiares (70,6%), álcool e drogas (45,3%) e desemprego (19,4%). Diante disso, percebe-se que muitas dessas trajetórias de vida são marcadas por violações de direitos e falta de acesso às diferentes políticas públicas anteriores à ida para as ruas, perpassando o acesso à educação, trabalho e rede de proteção social.

Concluiu-se que o processo de enfrentamento à situação de rua deve estruturar-se em políticas públicas intersetoriais, pautadas na equidade e na participação das pessoas em situação de rua. São necessários projetos a longo prazo que integrem um olhar para as questões de moradia, inserção no mercado de trabalho, inclusão educacional, saúde e cidadania, superando intervenções assistencialistas ou pautadas exclusivamente no combate à fome. Os participantes da pesquisa demonstraram grande interesse em participar da construção das políticas e dos serviços aos quais estão vinculados, além do desejo de retomar os estudos e aprender novas habilidades.

Finalmente, a partir dos resultados obtidos na presente pesquisa recomendam-se as seguintes ações destinadas à PSR: implantação de políticas de geração de renda e emprego; ampliação de oficinas e acesso à cultura, atividades educacionais e esportivas; plano de inclusão educacional adaptado às demandas da PSR; disponibilização de cursos técnicos e profissionalizantes para as pessoas em situação de rua; construção de plano voltado à inclusão das pessoas em situação de rua em alugueis sociais; construção de projeto de lei para o estabelecimento de cotas para as pessoas em situação de rua nas contratações de serviços terceirizados pelo poder público; reforço dos recursos humanos, garantia orçamentária e condições dignas de trabalho nos serviços e nas políticas públicas já existentes; políticas públicas destinadas às mulheres; capacitação de agentes públicos no que se refere ao acolhimento de pessoas de situação de rua; plano voltado à prevenção e à intervenção em situações de violência; viabilização da participação da PSR nos espaços coletivos decisórios; ampliação das vagas de albergagem; e, por fim, realização de novas pesquisas para acompanhar a evolução das ações implantadas e as demandas do público-alvo do estudo.

Como limitação da pesquisa é importante salientar que, mesmo contando com os esforços da equipe de pesquisa e de todos os serviços que atendem esse público no



município, estima-se que exista um número superior de pessoas em situação de rua que não puderam ser acessadas. Em função da mobilidade/itinerância de algumas pessoas em situação de rua e do difícil acesso a alguns territórios, e que certamente não foram acessadas todas as pessoas que se encontram em situação de rua no município.

## Referências

ALLES, N. L. *Boca de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARGILES, M. S. *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

BARATA, R. B. *et al.* Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, p. 219-232, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01019>

BERNARDO, J. *et al.* Número de moradores em situação de rua aumenta até 6 vezes em periferias de SP. *Jornal da UNESP*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/07/01/numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-aumenta-ate-6-vezes-em-periferias-de-sp/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. *Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Conheça o Programa Crack, é possível vencer*. Brasília, DF: MJSP, 2013a. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conheca-o-programa-crack-e-possivel->





Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FARIAS, V. C. C. *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre*. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, C. N. *Estudo sobre o serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua do município de São Paulo*. 2013. Dissertação, (Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. São Paulo: FIPE, 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0001.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. *Relatório quanti qualitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2016.

GIBBS, C. C. M. *Há esperança na rua da amargura? População em situação de rua na cidade de Manaus*. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Extrema pobreza*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama*: Novo Hamburgo. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Condições de vida, desigualdade e pobreza*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022) (publicação preliminar). Brasília, DF: IPEA, 2022.

Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192>

LACERDA, T. F. *Bioética e diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua no Distrito Federal*. 2012. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

LEMÕES, T. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 35-48.

NARDES, S.; GIONGO, C. R. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n166011

OLIVEIRA, M. M. *“Acham que brotamos das fontes dessa cidade?”: uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [S. l.]: ONU, 1948. Disponível em: [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf). Acesso em: 15 dez. 2009.



PIMENTA, M. M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Estudos quanti-qualitativos população em Situação de Rua de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA, 2016. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/15122016-pesquisa\\_fasc.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/15122016-pesquisa_fasc.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

REIS, M. S. *Centro de referência especializado para população em situação de rua (Centro Pop) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário*. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>

SALDANHA, R. M. B. *Dormitório urbano: uma problemática social (in)sustentável*. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

SAMBU, A. *De volta para a casa: análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – Paraíba*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802015000100008>

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

SOUZA, P.; ARAÚJO, M. C. Projeto Portal da Inclusão: a experiência dos participantes do abrigo municipal em Maringá – Paraná. *Emancipação*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 181-207, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/104>. Acesso em: 10 fev. 2023.

**Recebido em: 20/03/2023**

**Aceito em: 30/11/2023**